

1 **ATA DA 01ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA 5ª REGIÃO**
2 **DE SAÚDE DO PARANÁ – CIS5ªRS.**

3 Aos 09 (nove) dias do mês de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 09:00 (nove horas)
4 reuniram-se nas dependências do CIS5ªRS localizado na Rua Leonídia, nº 1203, Centro, CEP
5 85.010-230, município de Guarapuava, Estado do Paraná e de forma híbrida via Google Meet na
6 presença de André Junior de Paula, Prefeito de Campina do Simão; Maricléia Telles de Vargas,
7 Secretária de Saúde de Marquinho; Jeronimo Gadens Do Rosário, Prefeito de Turvo; Rildo José
8 Safraider, Vice-prefeito de Rio Bonito do Iguaçu; Keullin Oliboni, representante do CRESEMS;
9 Marcelo Mazurechen, Secretário de saúde de Prudentópolis; Jefferson Bevervanzo Varnier,
10 Secretário de Saúde de Reserva do Iguaçu; Daiane de Oliveira, Secretária de Saúde de Laranjal,
11 os Prefeitos integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde da 5ª Região de Saúde do Paraná
12 – CIS5ªRS e seus representantes, conforme lista de presença, para, em atendimento à
13 convocação realizada pelo Presidente do Consórcio, através do Boletim Oficial do Município de
14 Guarapuava nº 2802 com veiculação datada em 01/02/2024, discutir e deliberar sobre os
15 assuntos: I – Terceirização SAMU e AME; II – Reforma da calçada do AME; III – Rateio FPO
16 setembro a dezembro de 2023; IV – Imposto de renda retido; V - Assuntos gerais. Dando início
17 à reunião, a Presidente do Consórcio Mari Terezinha da Silva, deu boas vindas a todos, na
18 sequência passou a palavra a Diretoria Executiva do Consórcio, Maria José Mandu Ribeiro Ribas
19 que fez uma breve apresentação da pauta da reunião em seguida passou a palavra ao Diretor
20 Administrativo Clemerson Luiz Borges, o qual iniciou sua fala sobre a I – Terceirização SAMU,
21 onde informou que um estudo foi realizado para verificar a viabilidade da realização de concurso
22 ou terceirização, informando que houve acréscimo no valor por conta da inclusão da cidade de
23 Cantagalo e o piso da enfermagem atualizado, bem como apresentou a proposta da
24 terceirização com os mesmos acréscimos e que o SAMU deve possuir um gerente e um auxiliar
25 administrativo, bem como deve se considerar os demais investimentos, ao final apresentou os
26 valores auferidos, sendo para o concurso o valor de R\$ 23.509.291,34 (vinte e três milhões,
27 quinhentos e nove mil e duzentos e noventa e um reais e trinta e quatro centavos), e a
28 terceirização o valor de R\$ 27.141.317,19 (vinte e sete milhões, cento e quarenta e um mil e
29 trezentos e dezessete mil reais e dezenove centavos), possuindo então uma diferença de R\$
30 3.632.025,82 (três milhões, seiscentos e trinta e dois mil e vinte e cinco reais e oitenta e dois
31 centavos), ainda, apresentou quais as vantagens, como por exemplo a diminuição de horas
32 extras, gestão de frotas e realização de menos procedimentos licitatórios. Na sequência, a
33 Presidente do Consórcio Mari Terezinha da Silva fez apontamentos sobre as dificuldades
34 apresentadas e suas limitações, a Assessora Jurídica Dayana Talyta Cazella explanou que o
35 Conselho Consultivo em Reunião Extraordinária apresentou parecer favorável a terceirização, a
36 palavra retornou à Presidente, que falou que provavelmente no momento que ocorrer a
37 licitação mais empresas interessadas participem do certame e o valor final diminua, na

38 sequência, Jeronimo Gadens Do Rosário, prefeito de Turvo, contribuiu falando que com a
39 realização da licitação realmente poderá baixar o valor e que não possuímos tempo hábil para
40 fazer o concurso por conta do ano eleitoral, bem como, não possuímos autorização para realizar
41 um novo PSS, ressaltou que no momento a preocupação é o aumento das quota para os
42 municípios. Arthur Felipe Kettel Guimarães, Diretor Financeiro, informa que será possível
43 realizar de imediato o estudo e verificar a necessidade de uma nova quota para os municípios,
44 e o Diretor Administrativo, Clemerson Luiz Borges explanou que levará cerca de 04 (quatro)
45 meses depois do efetivo funcionamento para ter certeza se há necessidade de nova quota,
46 informou ainda, que, não será terceirizado tudo em um mesmo dia, e sim uma terceirização
47 gradativa, tanto os servidores quanto combustível, manutenção e demais itens, conforme
48 vencimento dos contratos e dos PSSs. A Diretoria Executiva do Consórcio, Maria José Mandu
49 Ribeiro Ribas informou que é necessário decidir hoje sobre terceirização ou concurso, por conta
50 dos prazos curtos, frisou que os estudos sobre as quotas serão realizados pelos departamentos
51 financeiro e administrativo, por fim, Maria José Mandu Ribeiro Ribas, levou a apreciação a
52 proposta de terceirização da gestão do SAMU, o que restou aprovado por unanimidade. Na
53 sequência, o tópico voltou-se para a I – terceirização do AME e alguns cargos de agente
54 administrativo para a sede do AME. O Diretor Administrativo, Clemerson Luiz Borges informou
55 quais são os cargos, sendo eles: Médico regulador, Agente Administrativo, Motorista, Técnico
56 de Enfermagem, Enfermeiro, Farmacêutico, Maria José Mandu Ribeiro Ribas solicitou a
57 alteração da nomenclatura do médico regulador para Médico, Clemerson Luiz Borges retornou
58 a sua apresentação informando os valores para concurso e da proposta da terceirização do AME,
59 sendo o valor para o concurso de R\$ 2.307.312,96 (dois milhões, trezentos e sete mil e trezentos
60 e doze reais e noventa e seis centavos), e o valor da terceirização de R\$ 2.788.257,58 (dois
61 milhões, setecentos e oitenta e oito mil e duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito
62 centavos) com diferença de R\$ 480.944,62 (quatrocentos e oitenta mil e novecentos e quarenta
63 e quatro reais e sessenta e dois centavos) podendo ocorrer redução durante a disputa do
64 certame. A Diretoria Executiva do Consórcio, Maria José Mandu Ribeiro Ribas explanou sua
65 preocupação e necessidade da contratação terceirizada e que tanto o processo do SAMU quanto
66 do AME devem andar juntos. Jeronimo Gadens Do Rosário, prefeito de Turvo, explanou que
67 tem vários custos que não temos como estimar agora, e que o serviço de gestão de pessoas para
68 o AME diminuirá, por fim, Maria José Mandu Ribeiro Ribas levou a apreciação a proposta de
69 terceirização de pessoal do AME, o que restou aprovado por unanimidade. Maria José Mandu
70 Ribeiro Ribas, passou ao próximo tópico da assembleia, sendo a II – Reforma da calçada do AME,
71 explanou suas ideias exibindo conjuntamente imagens das calçadas no AME, as quais estão
72 soltando as pedras, causando intercorrências, como quedas. Informou que já foram
73 protocoladas solicitações junto ao Governo do Estado, porém sem retorno dos protocolos
74 efetivados, os quais inclusive foram separados por prioridades, tendo em vista que algumas das



75 reformas são extremamente necessárias a exemplo da calçada, que vem gerando perigo aos
76 usuários, conforme fotos apresentadas. O Diretor Administrativo Clemerson Luiz Borges,
77 informou que o recurso de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) que o consórcio
78 recebeu do estado poderá ser utilizado nessa reforma emergencial. Entendendo-se pela
79 realização de estudo para recolocação das pedras, com a fixação adequada, ou ainda a
80 realização de reforma total da calçada. Definindo-se que serão realizados orçamentos, para
81 verificar-se a viabilidade econômico-financeira e agendada nova Assembleia no formato virtual
82 para apreciação e eventual aprovação dos entes consorciados. Para iniciar o tópico III – Rateio
83 FPO setembro a dezembro de 2023, Arthur Felipe Kettel Guimarães, Diretor Financeiro informou
84 que o saldo acumulado da FPO de setembro a dezembro de exames e consultas foi de R\$
85 1.508.675,09 (um milhão, quinhentos e oito mil e seiscentos e setenta e cinco reais e nove
86 centavos), informou que esse saldo poderá ser utilizado pelos municípios para abater o valor
87 das suas cotas, Arthur Felipe Kettel Guimarães, informou ainda, que alguns municípios possuem
88 crédito da última FPO, Liane Mendes, Controladora Interna designada, questionou sobre o
89 tempo de realização da FPO, se ela seria a cada 03 (três) meses, ou se teria possibilidade de ser
90 mensal, Chayane Andrade Ceroni, Secretária de Saúde do município de Guarapuava, informou
91 que o ideal seria mensal, a Diretoria Executiva do Consórcio, Maria José Mandu Ribeiro Ribas
92 questionou ao Diretor Financeiro se é possível fazer o desconto mensal, o mesmo afirmou que
93 é possível, sendo sempre a partir do dia 20/25 do mês subsequente, Vilma Nolla, Secretária de
94 Saúde do município de Goioxim, questionou sobre rever a per capita de cada município de
95 acordo com o censo atualizado, pois alguns municípios estão com menor população e outros
96 mais, podendo alterar os valores dos rateios, Maria José Mandu Ribeiro Ribas questionou a
97 Presidente do Consórcio sobre utilizar a FPO que já está fechada, posteriormente fazendo a FPO
98 mensal, bem como fazer um estudo sobre a per capita de cada município conforme o censo
99 demográfico atualizado, sendo explicitado pela Presidente do Consórcio, Mari Terezinha da Silva
100 que deverá ser apresentada na próxima assembleia para apreciação. Na sequência sobre o
101 tópico IV – Imposto de renda retido, Arthur Felipe Kettel Guimarães, Diretor Financeiro informou
102 que sobre o imposto de renda retido na fonte é necessário deliberar sobre a devolução dos
103 valores aos municípios, ou a permanência dos valores no Consórcio, descontados nos rateios,
104 posteriormente a Controladora Interna, Liane Mendes, questionou sobre a legalidade de tal
105 retenção permanecer no Consórcio, o que poderia, eventualmente caracterizar apropriação
106 indébita, Chayane Andrade Ceroni, Secretária de Saúde do município de Guarapuava, informou
107 que entende que por questões orçamentárias e legais, os valores devem ser devolvidos aos
108 entes consorciados. Arthur Felipe Kettel Guimarães lembrou que ano passado o valor foi
109 repassado aos municípios. Maria José Mandu Ribeiro Ribas levou a apreciação da assembleia, o
110 qual, por unanimidade, decidiu pela devolução dos valores retidos à título imposto de renda
111 aos entes consorciados. Na sequência foi iniciada a pauta dos V - Assuntos gerais, com Jeronimo

112 Gadens Do Rosário, prefeito de Turvo, informando sobre a recomendação recebida pelo
113 município de Turvo, oriundo do Ministério Público, recomendando a realização de concurso
114 para controlador interno, o que será acatado pelo município, realizando o concurso nos
115 próximos meses. A controladora interna designada, Liane Mendes ficará até o próximo
116 fechamento em abril, Mari Terezinha da Silva, Presidente do Consórcio questionou se algum
117 prefeito teria alguém para disponibilizar um servidor para ser designado como controlador
118 interno do Consórcio, Liane Mendes, complementou que o novo controlador interno deve ter
119 uma das seguintes graduações: direito, economia, administração e/ou ciências contábeis,
120 informou ainda, que, o município de Guarapuava também recebeu a recomendação do
121 Ministério Público para abrir o concurso para controle interno, porém Guarapuava não seguirá
122 a recomendação, pois cada lei municipal possui uma peculiaridade, Jeronimo Gadens Do
123 Rosário, questionou se seria possível ceder alguém de outro município que não seja nomeado
124 como controle interno, sendo consignado que será realizado estudo jurídico para análise de tal
125 possibilidade. O seguinte assunto foi iniciado pela Diretoria Executiva do Consórcio, Maria José
126 Mandu Ribeiro Ribas, o qual demanda sobre o contador para a comissão de concurso, informou
127 que o processo do concurso de advogado, contador e 05 (cinco) agentes administrativos está
128 em andamento e já possui uma empresa vencedora, contudo, ocorre que será necessário um
129 contador para compor a comissão do concurso, sendo questionado se algum município poderia
130 disponibilizar algum profissional efetivo que ocupe o cargo de contador para compor tal
131 comissão, sendo definido que Jeronimo Gadens Do Rosário, prefeito de Turvo, questionará o
132 servidor Mauro sobre tal possibilidade. Na sequência, o tópico das cadeiras odontológicas foi
133 iniciado pela Diretora Executiva do Consórcio, a qual informou que as cadeiras que existem hoje
134 possuem dificuldades de manutenção, por apresentar custos muito elevados e ainda, a
135 quantidade de cadeiras não são suficientes, tendo em vista que o consórcio possui 05 (cinco)
136 consultórios e apenas 03 (três) cadeiras, informou ainda, que o Estado pode ceder 05 (cinco)
137 cadeiras, porém não podem vir direto ao consórcio, questionou se cada município poderia
138 solicitar 01 (uma) cadeira para o estado e posteriormente doar/ceder ao consórcio para os
139 atendimentos, por fim ficou definido que cada município irá verificar e retornará nas próximas
140 semanas de fevereiro com a resposta sobre a demanda. Sobre o tópico dos exames que não
141 possuem credenciamento a Diretora Executiva Maria José Mandu Ribeiro Ribas informou que
142 com a união do CIS e CISGAP alguns exames ficaram de fora, como por exemplo o exame de
143 punção, informando que tais exames serão incluídos nos credenciamentos, sendo os editais
144 republicados. Na sequência, fora discutida a questão do ofício 003/2024, recebido do CRESEMS,
145 onde há a solicitação de análise quanto a possibilidade de terceirização na prestação de
146 transporte para pacientes em Tratamento fora do Domicílio – TFD, ficando definida a formação
147 de uma comissão para estudar a viabilidade para realização de tais serviços por intermédio do
148 consorcio (lavanderia, esterilização e transporte sanitário), ficando definido que será oficiado o



149 CRESEMS para indicação de 3 (três) representante do entes consorciados, sendo 1 (um) de
150 município de pequeno porte, 1 (um) de médio porte e 1 (um) de grande porte, para integrarem
151 a comissão. Keullin Oliboni, representante do CRESEMS solicitou que essa pauta seja colocada
152 no CRESEMS e alinhar com os demais secretários que não estão presentes hoje, sendo aprovada
153 para inclusão da pauta no CRESEMS. Por fim, o assunto da Casa da gestante foi iniciado por
154 Maria José Mandu Ribeiro Ribas, a qual informou que a ativação da casa de gestante se torna
155 inviável no momento, pois o local onde funcionava a antiga Casa da Gestante, está sendo usado
156 como arquivo morto e que a locação de um local novo, causará um impacto financeiro,
157 apresentou a possibilidade de realizar a locação de um local para servir de arquivo morto e
158 reabrir a Casa da Gestante onde antigamente funcionava, na dependências do Consórcio.
159 Ficando definido que deverão ser realizadas diligências na intenção de encontrar um local
160 adequando para os arquivos, com as cotações para locação. Oportunidade em que fora
161 encerrada a Assembleia com a lavratura da presente Ata, por mim, Assessora Jurídica do
162 CIS5ªRS, a qual fora dispensada a leitura, acordado o envio pelo aplicativo WhatsApp, para
163 aprovação de todos e posteriormente assinada pela Presidente do Consórcio, Mari Terezinha Da
164 Silva e por mim, Dayana Talyta Cazella.

165

166

MARI TEREZINHA DA SILVA
Presidente do CIS5ªRS

167

168

169

170

171

172

173

174

DAYANA TALYTA CAZELLA
Assessora Jurídica do CIS5ªRS

